

31º Encontro Anual da ANPOCS, de 22 a 26 de outubro de 2007,
Caxambu, MG

Seminário Temático: Vitimização: riscos objetivos e percepções do risco
ou novos dados, novos movimentos.

2º Painel Aprovado: Violência urbana em Novo Hamburgo: notas
introdutórias

Dra. Margarete Panerai Araújo (Feevale)

Ms. Renata Dellamea (Feevale)

Ms. Suzel Lisiana Jansen (Feevale)

Esp. Cássia Rebello Hofstatter (Feevale)

Violência urbana em Novo Hamburgo : Notas introdutórias
Urban violence in Novo Hamburgo town – Introductory notes

Dra. Margarete Panerai Araújo ¹

Ms. Renata Dellamea²

Ms. Suzel Lisiana Jansen³

Esp. Cássia Rebello Hofstatter⁴

Resumo: O presente artigo trata da violência que assume um papel preponderante em todos os níveis da sociedade. Atualmente o tema violência vem sendo aceito como resultado de um processo que condiciona tanto a cultura como os valores sociais, culturais, econômicos e políticos. Para isso investigam-se os dados do Rio Grande do Sul e de Novo Hamburgo município que se caracteriza como quarto mais violento em taxas de homicídio em 2004 do estado gaúcho. Os dados levam a conclusão de que a sociedade civil inserida nesta condição vive com insegurança e medo e a análise esboçada aponta a importância de promover políticas públicas.

Palavras chaves: violência urbana, homicídio, segurança, políticas públicas.

Abstract:

This article has the aim to show the importance that the violence assumes in all levels of society. Nowadays, the subject “violence” has been accepted as a result of a process that *restricts/limits* the culture as well as the cultural, economic and politic values. For this reason, the information about Rio Grande do Sul state and Novo Hamburgo town has been investigated *as long as/since* this town above mentioned is considered the fourth most violent one in Rio Grande do Sul state, when the subject considered is about ‘homicide rate’, in 2004. Information like these, make us to conclude that the civil society inserted in this context has been living insecure and afraid of violence. The above mentioned analysis shows the importance to promote public politics.

Key Words: Urban Violence, Homicide, Safety, Public Politics.

Introdução

Ao longo da história, tentou-se compreender a violência como um comportamento existente entre os homens que envolviam formas de agressões premeditadas e por vezes mortais de um indivíduo contra o outro. Esse comportamento,

¹ Cientista Social, com mestrado em Serviço Social e doutorado em Comunicação Social pela PUCRS. Professora-pesquisadora da Feevale vinculada ao grupo de pesquisa Desenvolvimento Regional, como professora extensionista coordena o projeto Gestão Social. E-mail: mpanerai@terra.com.br ; panerai@feevale.br

² Economista, com mestrado Ciências Econômicas pela UFRGS. Professora-extensionista da Feevale atua no projeto de Diagnóstico regional. E-mail: llamea@terra.com.br

³ Economista, com mestrado em Ciências Econômicas pela UFRGS. Professora-extensionista da Feevale junto ao CPP- Centro de Pesquisa e Planejamento. E-mail: Suzel@feevale.br

⁴ Administradora, Especialista em gestão de RH, coordenadora do Centro de Pesquisa e Planejamento da Feevale. E-mail: Cassiah@feevale.br

segundo Costa (1997, p.282), só pode ser encontrado entre os seres humanos, porque os demais animais só atacam ou se envolvem em disputas pelo domínio de um território, de suas fêmeas, ou pela posse de alimentos.

Fenômenos de criminalidade, delito e repressão vêm sendo explorados por estudos sociológicos, com uma abordagem que apreende a violência no quadro dos fenômenos decorrentes da produção e reprodução das desigualdades sociais. A violência, temática que vem sendo abordada com certa banalização, portanto, oferece diferentes conceitos e opiniões, tanto sobre como deveriam ser as normas jurídicas, quanto sobre o papel da cidadania e da sociedade civil, nesse processo, conforme Dubet (2003).

Em consonância com essa idéia, Zaluar (2004, p.7) apresenta que a violência urbana condiciona a cultura, os valores sociais, econômicos e políticos, e podem ser representadas como domínios da experiência social que permeiam as brechas da crise da modernidade e a busca de alternativas interpretativas para a sociedade contemporânea.

A sociedade civil está inserida nesta condição de insegurança, violência e medo. Nesse contexto, abrem-se canais de debate e de buscas de alternativas para viabilizar a almejada segurança, onde as diversas representações sobre o tema passam por uma “negociação da realidade”, segundo Duarte (2006 p. 144). Este conceito demonstra o antagonismo, a dicotomia da possível condição do sujeito na sociedade moderna em prol de suas decisões.

É importante destacar que a violência encontra repercussão nas visões de mundo daqueles sujeitos que vivenciaram a experiência de vitimização, de onde se difundem concepções de insegurança pessoal e busca de direitos civis. Também a vitimologia, compreende o estudo da personalidade, comportamento, motivações e reações da vítima em face de uma infração penal visando protegê-las e repará-la contra o delito, estudando-a também como uma das causas que influenciam na produção do crime.

Nesse clima de novo milênio o panorama avassalador de crise das instituições sociais se desenvolve e se generaliza como outros aspectos, intensificando paradoxos da sociedade capitalista. No quadro atual, o Brasil está vivenciando uma crescente demanda de violência nos centros urbanos, onde a condição do sujeito passa por uma experiência de não-reconhecimento de seu lugar na sociedade, principalmente no caso dos jovens.

A necessidade, portanto, em se promover políticas públicas que atenuem esses fatos devem ser traçadas pelos governos voltadas para atender as necessidades da

sociedade. Segundo, Taschner e Bogus (2001), torna-se importante analisar e rever o estigma de violência, na condição de que a cidade não é responsável pela violência e sim a condição dos “sujeitos” que a habitam, tornando-se dúbia a questão de atributos do estigma da violência pelos “sujeitos”.

Esse artigo é o resultado teórico dos estudos de um grupo e da pesquisa estatística desenvolvida pelo Centro de Pesquisa e Planejamento (CPP) da Feevale⁵, para a Prefeitura Municipal investigando a situação de criminalidade nos bairros do município de Novo Hamburgo, distante 50 km da capital gaúcha. Conforme dados da Secretaria de Justiça e Segurança do RS, em 2002, entre os dez municípios mais violentos em taxas de homicídios, Novo Hamburgo ficou em primeiro lugar com 29,15%, São Leopoldo com 25,95%, Alvorada com 24,90%, e Porto Alegre com 19,30%. Novo Hamburgo possui 239.940 mil habitantes, onde as taxas de roubo, furto também apresentam valores expressivos, muito atribuídos a situação precária do mercado de trabalho, o que agrava a desigualdade social aumentando os índices de violência.

O procedimento metodológico foi de pesquisa descritiva com enfoque quantitativo e qualitativo. As técnicas contaram com estabelecimento de categorias e classificação, cujos procedimentos variaram em séries estatísticas, representação escrita, tabelas e gráficos. As técnicas não probabilísticas têm sido, usadas por pesquisadores latino-americanos quando desejam analisar políticas ou processos em uma região, sobre os quais não existe suficiente informação empírica, ou metodologias de trabalho consolidadas ou adequadas para tratar a realidade local.

O trabalho com coleta de dados primários contou com uma amostra 1.054 pessoas entrevistadas distribuídas proporcionalmente por meio de entrevistas pessoais em domicílios. Outros dados quantitativos existentes foram pesquisados nos principais órgãos da cidade que tinham registros de informações sobre a violência, como hospitais, postos de saúde, Conselho Tutelar, presídio central, Tribunal de Justiça, Brigada militar entre outros totalizando um universo de 33.867 registros de fatos consumados. Algumas variáveis foram omitidas nesse artigo, por consistir em investigações sigilosas, e os dados estatísticos aqui apresentados foram fornecidos e divulgados junto aos periódicos locais e regionais.

⁵ Vinculado ao Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas o CPP – Centro de Pesquisa e Planejamento atende o público interno e externo do Centro universitário Feevale.

A elaboração da pesquisa se propôs a traçar o perfil dos moradores dos bairros de Novo Hamburgo; verificar os principais focos de violência da cidade de Novo Hamburgo; avaliar a opinião dos moradores quanto à segurança; e os principais tipos de violência que acontecem nos bairros do município, como forma de respaldar proposta e políticas para solucioná-las. Dados que avaliaram o trabalho institucional do município e do estado não foram divulgados ao público externo.

Segue-se a esta introdução, uma seção em que se apresenta a visão teórica relativa a criminalidade e violência. Nas seções seguintes, mostra-se algum resultado acerca de como a cidade de Novo Hamburgo está vivenciando a criminalidade e reposicionando suas funções de segurança para modificações do contexto. Nas considerações finais, tem-se por base a análise do ambiente em que se formam os atores, levantam-se causas que explicariam a afirmação contida nos dados revisados. Imprime-se ao trabalho um caráter descritivo que o caracteriza como introdutório e adota-se uma perspectiva analítica, procurando apenas indicar alguns enfoques que poderiam contribuir para elucidar essas causas.

Novo Hamburgo no contexto da criminalidade

Falar em violência nos dias de hoje é estranho, pois ela deixou de ser um ato circunstancial para transforma-se numa forma de ver e de viver no mundo de hoje. Para explicar a violência é importante compreender primeiramente as transformações sociais. Dessa forma, a contextualização a seguir, busca retratar alguns aspectos da sociedade atual; da pobreza e exclusão decorrente, discorrendo sobre alguns conceitos relativos aos dos fenômenos violentos, sobre a vitimologia e suas implicações.

Novo Hamburgo, denominada a Capital Nacional do Calçado⁶, possui uma localização privilegiada, estando no centro geográfico do Mercosul, um dos mais importantes mercados mundiais. O município está a 50 km de distância de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, situado no Vale dos Sinos conta com uma população de aproximadamente 239.940 habitantes, profundamente marcada pela origem germânica.

⁶ Informações coletadas no *site* da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

O município surgiu na primeira metade do século XIX, a partir de sua colonização e sua economia nasceu e cresceu com a indústria do calçado através de um desenvolvimento rápido e constante. O chamado setor coureiro-calçadista composto por curtumes, indústrias químicas, componentes para calçados, indústria metalúrgicas e componentes eletrônicos, oportunizou uma onda que caracterizou esse município por um modelo de desenvolvimento técnico e econômico por muitos anos.

Atualmente uma nova fase de diversificação industrial vem objetivando satisfazer a novos padrões de consumo em mercados altamente concorrencias e segmentados. A reestruturação econômica em curso apontou uma forte terceirização das estruturas de ocupação e moveu o crescimento do emprego na última década. Parte dessa terceirização, segundo Deluiz (1994) decorre do baixo crescimento econômico (expansão na crise) e da externalização de serviços. Para fazer frente às novas exigências tornou-se necessário a incorporação de mudanças nas operações comerciais. As crises que decorrem no chamado capitalismo selvagem trazem efeitos negativos e, segundo Salama (2000), as razões não são unicamente atribuídas ao próprio programa de ajuste do neoliberalismo.

Nessa dinâmica de fatores externos as crises são aplicadas a outros setores onde o diagnóstico pós-moderno tem bases reais de referência. A fragmentação e a flexibilização são realidades irrefutáveis, segundo Cattani (1996), e essas rupturas abalam a sociedade com o desemprego.

O termo “sociedade pós-industrial” vem sendo explicado, segundo Bell (1977, p.26) pelas mudanças que estão na “estrutura social”, ou seja, na maneira que a economia está sendo transformada e como está sendo remanejado o sistema ocupacional. Afirmar que as mudanças estão apenas em modelos economizantes e sociologizantes (ambos destinado a estabelecer conceitos econômicos e sociais de maior amplitude) pode pressupor dois grande sistemas sociais (da exclusão e da inclusão).

A exclusão social envolve diferentes concepções, conforme apresenta Singer (1999), que semelhante a teoria de Bell (1977), também caracteriza o foco tanto nas estruturas sociais, quanto nas estruturas econômicas. É importante, porém, destacar que o papel das instituições e sua influência no comportamento de inclusão e de exclusão.

No Brasil a globalização foi um dos propulsores da inclusão na década de 70, mas também colaborou com vários fatores para a exclusão na década seguinte, acompanhada por mutações no mercado de trabalho, no padrão produtivo, na exploração do trabalho, nos custos da modernização e nas diversas transformações em diferentes setores como o social, cultural, tecnológico, religioso, político e econômico. Castells (1999) acrescenta a essa identificação da realidade atual as mudanças da chamada sociedade em rede, onde tanto o desenvolvimento e sua interação passa a ser provocada pelos progressos tecnológicos e também pelo advento da tecnologia da informação que oportunizou a chamada interdependência global da economia.

As inúmeras explicações para a sociedade globalizada vem sendo apresentada, portanto, através de um processo histórico oriundo da expansão do capitalismo sob as formas coloniais, neocoloniais e imperialistas de dominação econômica e política, ou como fenômeno recente, iniciado no pós- guerra. Vieira (1999, p. 71) afirma que foi a partir da globalização que surgiram as “[...] primeiras manifestações de uma sociedade civil mundial e de uma cidadania interplanetária”. A sociedade civil está inserida em uma condição de insegurança, violência, medo e alternativas que viabilizam a almejada “segurança”, onde as várias representações sobre o tema passam por uma “negociação da realidade”, segundo Duarte (2005 p. 144). A sociedade pós-moderna, segundo a obra de Boaventura Santos (2001, p. 237), destaca que, foi no contexto atual que ocorreu um [...] desenvolvimento hipertrofiado do princípio de mercado em detrimento do princípio do Estado [...]. Trata-se de um processo histórico não linear [...].

Diante de um quadro de mudanças essas terminologias, caracterizam a fase atual de desenvolvimento, bem como, de um novo contexto da sociedade, onde diferentes conceitos por decorrência se moldam, institucionalizam e completam o cenário.

A globalização traz mudanças significativas às formas de organização do trabalho, obrigando a todos a conviver com novas tendências, como competição, empregabilidade, precarização do trabalho e exclusão social. Assim, um dos fatores que levam à criação de uma nova ordem social, econômica e política de redefinição do capitalismo é comentado por Vieira (1999, p. 87), como sendo o processo de reestruturação econômica que levou o mundo em desenvolvimento à fome, e “grandes

parcelas da população ao empobrecimento”, citando com isso o agravamento das condições ambientais.

Este reordenamento pós-moderno com diferentes formas e enfoques oferecidos para a exclusão social, vêm desafiando a todos na busca de contornar essa situação. Ressalta-se que várias são as transformações que levaram ao surgimento da discussão sobre exclusão social e que afetam diversos aspectos da vida social, pois todos eles são conceitos multifacetados e pluridimensionais. No Brasil, os periódicos diariamente informam previsões assustadoras para o mercado de trabalho dos brasileiros, e essa realidade também está colaborando com a formação de novos conceitos sobre a violência.

A pobreza, a exclusão social e por decorrência a violência e seus impactos ao nível mundial têm mobilizado organismos internacionais na busca de alternativas para o seu enfrentamento, comprometendo governantes de todas as nações. O aumento da concentração populacional nas cidades, ainda hoje, implica em processos que reproduzem o mesmo padrão de urbanização das grandes metrópoles e caracterizam grandes espaços de exclusão social. O problema vivenciado nessas cidades não se resume ao contingente populacional, mas apresenta características particulares ao tipo de inserção no mercado de trabalho, a precariedade dos vínculos sócio-familiares e as dificuldades no acesso aos bens culturais e serviços sociais, gerando a desigualdade e a violência.

Mas, essas transformações não são novas, pois decorrem de muitos anos. Pouco a pouco a desigualdade e as situações extremas são aceitas. Em nenhuma época fomos tão informados sobre os fenômenos sociais, sobre a abundância e escassez do mundo que circunda. A desigualdade, enquanto violência, não é um fenômeno atemporal. Odalia (1985) apresenta que a naturalidade da desigualdade tem sido importante no correr da história do homem civilizado, assim como toda a institucionalização da miséria, do sofrimento, da dor, da indiferença. Contudo, não é possível ser neutro com essas categorias.

Compreender essa dicotomia que tantos autores apresentam, segundo Singer (1999, p. 63) é evidenciar que existe formas de exclusão como a econômica, que colaboram com a própria desigualdade e com outras redes sociais decorrentes, como a desvinculação social, discriminação de raça e gênero que habitualmente são

condicionadas a situação de pobreza pelo qual vive os sujeitos. Dessa forma é possível, portanto relacionar

o fenômeno da exclusão social [...] à internacionalização da economia e à revolução tecnológica (como o aumento da pobreza humana, a falta de perspectiva e a insegurança causadas pelo desemprego entre jovens e adultos, a falta de acesso a emprego ou renda nas minorias étnicas e entre imigrantes), além de confirmar sua natureza multidimensional (LOPES, 1998, p.70).

Estas dimensões podem ser abordadas em termos individuais, ou dos grupos excluídos em alguns setores. Ou seja, o êxito a competição por empregos, vagas no sistema escolar, residencial, e de formas estruturais, por exemplo, permitem que mesmo precariamente um indivíduo possa garantir a sua sobrevivência.

Enquanto a pobreza é um desdobramento das relações históricas e estruturais de oposição entre os interesses de classes, o fenômeno econômico que vem se configurando e a questão social derivada das relações do capital e trabalho, foi a “exclusão social”. Através de uma análise alargada dessas relações sociais contemporâneas tem-se como problemas relacionado a exclusão o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviço, a falta de segurança e justiça, entre outras. Esse tipo de esforço de classificação coloca em evidência não só a diversidade desses fenômenos tratados sob a denominação de exclusão, mas também apresenta uma idéia de como tais estudos são, na prática, estruturados.

As condições que configuram a pobreza confirmam a dimensão de sujeito do pobre, na razão do controle de sua participação na economia. Dessa forma, pode-se afirmar que a pobreza foi um elemento importante para a acumulação primitiva do capital e a manutenção dos níveis de exploração do salário, no início do capitalismo, ou seja, a fase da superexploração do trabalho, descrita por diversos autores. Entretanto, o desenvolvimento das relações produtivas, no capitalismo, envolveu essa massa de pobres em uma estrutura dinâmica de condições e fatores diversos, que impôs aos sujeitos a criação e efetivação de estratégias de sobrevivência distintas de um padrão de normalidade e, que começaram a se diferenciar.

No mundo, porém, milhões de pessoas são vitimizadas por privações de liberdades diversas, sobretudo por privações políticas e dos direitos civis básicos, sem que isso resulte na ausência do chamado desenvolvimento econômico. E, embora a segurança econômica possa relacionar-se com a ausência de direitos e liberdades democráticas, a liberdade política e as liberdades civis são importantes por si mesmas, de um modo direto. Daí, que não se justifica optar por um ou outro argumento dos seus efeitos sobre a economia. Sua importância constitutiva é equiparável à importância instrumental, conforme apresenta Rasser (2006).

Assim, a cidade de Novo Hamburgo constitui-se em um desses locais como um micro-universo em que a exclusão é evidente. Caracterizada por 26 bairros como Boa Saúde, Boa Vista, Canudos, Centro, Diehl, Guarani, Hamburgo Velho, Ideal, Industrial, Liberdade, Lomba Grande, Mauá, Operário, Ouro Branco, Pátria Nova, Petrópolis, Primavera, Rio Branco, Rincão, Rondônia, Roselândia, Santo Afonso, São Jorge, São Jose, Vila Nova e Vila Rosa. Essa caracterização dos bairros de Novo Hamburgo⁷ são de muitas indústrias e comércio, visto a identidade da cidade.

Novo Hamburgo, em especial é uma cidade em destaque nas áreas de serviços, comércio e indústria devido seu amplo crescimento em alguns momentos históricos. No entanto, cabe ressaltar que os aspectos econômicos e sociais nacionais refletiram no município de forma negativa mudando seus contornos de crescimento. A carência de infra-estrutura em alguns bairros é notória, semelhante as características das grandes cidades, bem como, a ausência de condições de segurança adequadas para esse município e toda região. Assim pode-se falar em violência.

Violência e suas implicações

Nesse sentido a incerteza e a insegurança, servem como respostas das promessas de um mundo melhor decorrente das instituições municipais, estaduais e federais, porém, Bauman (1998), constata que não podemos mais contar com estas. Em vez da atuação de cidadão, vive-se ao contrário numa busca de proteção com a companhia constante de uma profunda ansiedade diante das estruturas da ordem moderna. O resultado disso é

⁷ Dados retirados de SCHUTZ, Liene M. Martins. Os bairros de Novo Hamburgo. Novo Hamburgo: 2001. Alguns dados populacionais são aproximados.

uma violência urbana com uma ação condicionante que acelera o não-reconhecimento e conseqüente a discriminação aos indivíduos e isso produz frustração.

A busca de pureza moderna expressou-se diariamente na ação punitiva contra as classes consideradas perigosas, ou seja, Bauman (1998, p. 26) as descreve como sendo moradores de ruas, de áreas urbanas proibitivas, os vagabundos e indolentes. Essa insegurança, caracteriza o medo, a ameaça de ser atingido pessoalmente ou em grupo.

A temática da violência aparece no desenvolvimento das sociedades e nos debates atuais, desenvolve estratégias que são proveniente da ruptura das normas jurídicas e do desrespeito à noção de cidadania. A violência só pode ser encontrada nos seres humanos e não é instintiva, mas premeditada, seus variados tipos são atribuídos aos desvios de valores sociais, culturais, econômicos e políticos de uma sociedade.

Os fenômenos de criminalidade, delito e repressão, segundo o Dubet (1994) vem sendo estudados de forma a focar apenas a questão social. Porém, a abordagem deve apreender a violência num quadro dos fenômenos decorrentes da produção e reprodução das desigualdades sociais. Ressalta-se que a violência também encontra eco nas experiências dos sujeitos que se envolveram em eventos desagradáveis e desenvolveram discursos de insegurança pessoal. Dubet (1994), também sugere em seus estudos que a violência, racismo, gênero, sindicalismo, política, movimentos sociais, entre outros se assemelham, configurando diferentes respostas, que são representados por seus atores.

O Brasil está vivenciando, atualmente uma crescente demanda de violência nas cidades, cuja a condição do indivíduo passa por uma experiência de não-reconhecimento de seu lugar na sociedade, principalmente no caso dos jovens que sofrem inúmeros tipos de discriminação. Alba Zaluar (2004) por exemplo, apresenta com muita precisão a violência urbana como foco de estudo caracterizando que a mídia divulga parte dos atos violentos como resultado da ação de pequenos e médios adolescentes que habitam regiões mais pobres, oportunizando um estereótipos cristalizados de delinqüentes.

No Brasil as estatísticas sobre a quantidade de armas de fogo existentes são imprecisas. A contribuição ao debate, segundo Rasser (2006) que ocorreu nos últimos anos foi oportunizada pela Unesco que viabilizou uma série de trabalhos e estudos para dimensionar um maior entendimento da questão. Conclui-se que 41,6 % do total de mortes por armas de fogo no ano de 2003 correspondem a 34,4% do total das mortes de jovens entre 15 e 24 anos de idade nesse mesmo ano. O Brasil ainda é classificado pela

Unesco no segundo lugar por mortes por armas de fogo com uma taxa de 21, 72 assassinatos para cada 100 mil habitantes. Desta forma, temos em média 40 mil mortos por ano.

Nota-se que a violência é intrínseca ao comportamento humano, dessa forma, sempre estará ocorrendo e jamais deixará de existir, sempre que as relações sociais ensejem conflitos. A violência é ininterrupta e desperta nos membros da sociedade humana um permanente estado de ameaça. No estado de Direito, o controle acontece por forças que são a lei, a atuação jurisdicional e a força policial. O controle da violência, também pode ser visto pela teoria de Foucault (2003), através da repressão das condutas violentas, da educação, pela imposições da moral e regras religiosas, ou ainda por outras forças intraestatais, conforme já citado. A crise na contemporaneidade evidencia esse processo nas relações de poder do estado para a sociedade e seus cidadãos.

Foucault com suas concepções ilustra as relações entre poder, sujeito e violência. O funcionamento dessas relações de poder, evidentemente, não é uma exclusividade do uso da violência, mais do que da aquisição dos consentimentos.

A difusão de sentimentos de insegurança e medo nos atores e forças sociais em jogo evidencia a construção de um objeto simbólico e estruturador como sendo marginal. Assim na análise sociológica vem se demonstrando a construção e desconstrução das representações que exigem atenção para a temática da insegurança como sendo a primeira prioridade na agenda política dos países. Seu efeito devastador provoca perda de eficiência e diminuição das funções sociais das instituições governamentais, o anonimato das cidades e a impunidade legal criam um estado de guerra. Em geral o redimensionamento das funções sociais do Estado exigem acordos internacionais, segundo Costa (1887) com recursos destinados a setores essenciais, como educação e segurança, multiplicando empresas de seguranças pública.

A temática da insegurança insere-se numa sociologia da ação e do trabalho da violência e do sentido, pois a violência se desenvolve e generaliza, escandaliza e choca, torna-se cada vez mais banalizada e intensifica os paradoxos sociais. Ou seja, que tem início e causa.

Considera-se importante apontar a pouca literatura sobre crimes e violência no Brasil. Os fatores ambientais são utilizados cada vez mais na discussão dos componentes da atividade criminosa. Parte dessa inovação decorre justamente da falta de referências adequadas. Segundo Beato (2004) a perspectiva criminologia tradicional

oferece ênfase na explicação de crimes que afetam a escolha dos indivíduos com predisposição pessoais, forças socializantes da família, dos pares, da escola, da comunidade e de arranjos institucionais de diversas naturezas. Uma abordagem da criminalidade toma a vítima como objeto de estudo, buscando investigar como o estilo de vida do indivíduo e as oportunidades geradas influenciam as probabilidades de vitimização. As vítimas se tornam atrativas e a natureza do delito, segundo Beato (2004), é que determina a probabilidade de vitimização.

Também a vitimologia conceitua o estudo da personalidade da vítima. Tanto vítima de delinqüente, como vítima de suas inclinações subconsciente, sendo além do estudo da personalidade, o comportamento, motivações e reações da vítima em face de uma infração penal visando protegê-las e repará-la contra o delito, estudando-a também como uma das causas que influenciam na produção do crime.

Para entender melhor o objetivo da vitimologia e da vitimização é interessante trazer a classificação, conforme o autores.

Vitimologia, uma ciência que tem como objetivo principal o estudo da vítima de uma forma global. Ademais, nesse estudo aprofundado do comportamento da vítima é possível analisar sua personalidade, seu comportamento na gênese do crime, seu consentimento para a consumação de delito, suas relações com o delinqüente (vitimizador) e também a possível reparação de danos sofridos.

Vitimização consiste em uma série de perguntas feitas a pessoas para representarem a população sobre terem ou não sido vítimas de algum tipo de crime. Esses estudos fornecem dados sobre a criminalidade e sobre a violência.⁸

Esses estudos colaboram com o combate ao crime, pois é preciso ter uma visão ampliada e de contexto para combater a criminalidade e obter e a conscientização popular. Conhecer a vítima, muda a forma de combater o crime trazendo alternativas práticas na vida da população, e como nossa sociedade poderia melhorar com a aplicação da vitimologia na preparação de policiais.

A vitimologia, enquanto estudo, causou impacto sobre a legislação. No Brasil o Congresso Nacional estabeleceu em 13 de junho de 1999 a lei 9807 normas para a organização e manutenção do Programa Federal de Proteção a Vítima e as testemunhas ameaçadas, assim como de acusados ou condenados que ajudarem com a investigação da justiça criminal.

⁸ Maiores dados acessar www.futurobrasil.com.br

Estes estudos sobre a vítima em todo o mundo são considerados, um avanço no que diz respeito aos direitos, mas a vitimologia deve ser analisada e estudada na busca de uma visão global e total, de forma que se possa compreender e explicar a vítima e o delinqüente em seu contexto, e não simplesmente trazer mais proteção jurídica à vítima. É notório que os estudos criminológicos costumam estar voltados quase que exclusivamente para os autores, esquecendo em muitos momentos as vítimas, talvez porque a sociedade se preocupe mais com o autor da ação criminal e com sua conduta, do que com a ameaça.

A vitimologia atualmente alimenta um discurso politicamente conservador e crescentemente punitivo. E várias tendências refletem uma nova forma de pensar na vitimologia resgatando dados importantes do campo social e político. Sem dúvida, o estudo da vitimologia oferece um avanço para o direito como um todo, começando com a legislação que protege a vítima trazendo mais segurança a aqueles que pretendem, colaborar no combate ao crime. Quanto aos estudos de vitimização afirma-se a necessidade de que as questões aqui apresentadas podem resultar em exclusão ou num tratamento mais radical na vulnerabilização social.

Os conceitos de violência apresentados consolidam o momento atual de mudança. As explicações sobre a violência utilizam a exclusão em diferentes patamares no sentido de traduzir o estado atual. As caracterizações aqui apresentadas oportunizam um maior entendimento dos dados relativos coletados e das ocorrências analisadas junto aos bairros do município, bem como, a articulação com a vitimologia e os estudos sobre vitimização. Esse método e apresentação consideram que a descrição da problemática histórico-estrutural oportuniza o desenvolvimento de um contexto propício para reflexão de políticas públicas.

Os dados coletados

A violência no estado do Rio Grande do Sul vem sendo entendida como uma questão de saúde pública, considerando os inúmeros prejuízos psicossociais junto aos cidadãos e a sociedade, conforme as informações sobre mortalidade (SIM). Os dados revelam que o coeficiente de mortalidade por homicídio é de 17,0 com maior concentração no grupo etário entre 20 a 29 anos; e o de mortes por acidentes de trânsito é de 16,9 com a mesma faixa etária. Dessa forma, as propostas para atender as necessidades da população são unificadas com a Secretaria de Segurança Pública e o

Plano de Prevenção de Violência⁹ do governo do estado. Com o objetivo de desenvolver ações de prevenção à criminalidade, violência e uso indevido de drogas para todas as regiões e microrregiões do estado, o governo pretende promover atividades: sociais, culturais, esportivas e de lazer, necessárias a formação do homem. O acesso à educação, e a mudança de paradigma pode refletir em melhores práticas junto a esse fenômeno. Para uma boa base junto a esses projetos originou-se da necessidade de se elaborar metodologias própria para ser desenvolvido, constando em suas respectivas finalidades. Nesse sentido o município de Novo Hamburgo está à frente com sua iniciativa de diagnosticar a criminalidade dando-se prioridade as áreas de risco e programas de inclusão social.

Assim, o resultado da pesquisa descritiva no município destacou-se os seguintes pontos quanto ao perfil da amostra. A maioria das respostas foi fornecida por mulheres, predominância de idade entre 20 a 39 anos e com renda entre R\$ 746,00 a R\$ 1.600,00. Destacou-se a descrição de indivíduos de cor branca, com procedência natural de Novo Hamburgo, cuja religião foi caracterizada como de católicos. O grau de instrução com maior frequência foi o ensino fundamental incompleto ou completo. São caracterizados ainda por uma união estável das famílias e desconhecem os prédios abandonados da comunidade, considerando que o muro é uma segurança em suas moradias. Esse perfil apontado infere uma concepção de famílias muito jovens, com pouco nível de escolaridade, ou seja, 8 anos ou menos, com valores religiosos e desconhecimento do espaço social.

Quanto ao mercado de trabalho a ocupação¹⁰ profissional foi o maior dado oferecido, porém nem sempre configura estabilidade de emprego. Houve um reforço nas informações relativas ao vínculo com o mercado de trabalho confirmando, portanto, que 45,7% dessa amostra pesquisada, não está subordinada a um emprego direto com benefícios garantidos, incluindo-se nesse item os desempregados. O mercado de trabalho em Novo Hamburgo foi reduzido devido à concorrência intensificada entre empresas do exterior que as obrigou a diminuir custos e, portanto, a aumentar ao máximo a produtividade do trabalho. Os desempregados¹¹, atualmente desempenham o

⁹ Informações retiradas do *site* do governo do estado do Rio Grande do Sul.

¹⁰ Singer (1999) descreve que ocupação compreende toda a atividade que proporciona sustento a quem exerce. Já o emprego assalariado é um tipo de ocupação que resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou capacidade de produzir do empregado e oferece, portanto estabilidade, perspectiva de carreira, seguro-desemprego entre outras vantagens. SINGER, Paul. Globalização e desemprego. São Paulo: contexto, 1999.

¹¹ Segundo Singer (1999 p. 12).

mesmo papel que as mercadorias e funcionam como estabilizadores, reforçando ainda o setor terciário. Ou seja, não se compõem apenas em vítimas do desemprego aberto, pois, representam uma parcela da população economicamente ativa, socialmente excluída, que se sustenta por meio de ocupações precárias, sendo candidatos a empregos no setor formal.

Os entrevistados caracterizaram a violência. Notou-se que o roubo foi ou é o tipo de delito (74,6%), na opinião dos respondentes, que mais caracteriza a violência, sendo que suas famílias já sofreram alguns tipos de delitos. Buscou-se identificar na pesquisa descritiva, quais os tipos de delitos sofridos pelos respondentes ficando o roubo (75,3%), pela segunda vez consecutiva na parte maior das citações.

A questão quanto ao registro das ocorrências junto a Delegacia de polícia apareceu com altos índices, conforme relato dos entrevistados, porém, 1/3 dos casos de violência cometidos não são apresentados aos órgãos competentes. Felizmente essa cultura está se modificando, pois as várias ocorrências registradas obtiveram aumentos significativos nos anos de 2000 a 2007.

Em distribuição por bairros a caracterização do entrevistado que sofreu violência ficou representativa em 3 locais específicos no município caracterizando-se por agressão a familiares entre outros os tipos de delitos.

Na análise dos resultados quanto ao roubo e ao furto, ficou evidente que os criminosos se valeram do uso de armas (62,2%), sobressaindo-se as armas fogo (87,45), seguido de objetos perfuro cortantes (9,8%). Os locais onde os furtos e os roubos aconteceram foram identificados como sendo a rua e residências do entrevistados (52,8%), e com uma frequência maior nas sexta-feira, turno da noite (37,7%)

Pode-se inferir que a preocupação que aparece nesse item de roubo e furto que merecem destaque é o local e o turno dos delitos. O reflexo direto das respostas apontou que a violência está muito perto das moradias e que o uso de um instrumento como a arma de fogo no momento do delito agrava ainda mais a situação de pânico. Essas evidências no relatório descritivo reforçam a idéia hegemônica da população de que a violência está batendo na porta.

O destaque das questões relacionadas à agressão física caracterizou esse delito como ocorrendo nas ruas (51,5%), durante o turno da noite (54,5%). Os registros de ocorrência policial vem sendo efetuados, em grande parte dos casos, e as percepções obtidas pelos entrevistados foram de que os criminosos não estavam alcoolizados

(42,4%). Quanto ao conhecimento prévio da pessoa que praticou a agressão, obtiveram-se informações que apontaram que os entrevistados conheciam o agressor e que o mesmo tratava-se de um vizinho (29,4%), um companheiro ou um conhecido (23,5%). Outro ponto interessante fornecido junto à pesquisa foi de que mais da metade destes agressores conhecidos já cometeram outras agressões, e, portanto, são reincidentes (55,5%).

As estatísticas inferem a necessidade de um trabalho de assistência social, divulgando a importância de comunicar as autoridades competentes os casos de agressão física contra si mesmo ou os membros da família. O trabalho institucional de segurança da comunidade depende da compreensão da realidade local por parte dos envolvidos.

A pesquisa forneceu análise detalhada dos demais tipos de violência – que não roubo, furto ou agressão física. Novamente confirmou-se que a violência ocorreu contra o próprio entrevistado, na maior parte dos casos, com destaque maior para o crime contra a vida mais citado, que foram os homicídios, seguido de estupro, ambos cometidos basicamente na rua, no turno da noite. Os registros de ocorrências policiais, neste tipo de crime são mais evidentes. O uso ou efeito de substâncias ilícitas ou embriagues no momento do ocorrido, novamente não foi percebido pelos entrevistados ou não constavam nos seus relatos.

Pode-se inferir aqui que a capacidade de percepção da vítima pode ter sido afetada no momento. Especialmente nesses tipos de crime a comunidade busca assistência dos serviços policiais legitimando a atribuição das instituições de segurança por uma condição de emergência, e de incapacidade de solucionar-las. Infere-se aqui que o aumento dos registros policial aconteceu porque os criminosos são estranhos a comunidade, ou porque os crimes são mais ameaçadores na medida que tanto a morte, quanto a violência sexual ao corpo abalam a comunidade.

Referente a análise desses dados de homicídios esse delito aparece com maior incidência nos meses de janeiro (12,9%), fevereiro (10,5%), junho (10%) sendo o ano de 2002 (21,9%) e 2006 (22,45) os mais significativos. Quanto ao turno os crimes são praticados na noite (44,8%) e na madrugada (24,3%) e o instrumento mais utilizado nessa prática (intento) foram as armas de fogo (81,4%). A relação que se estabelece entre o autor e a vítima representa um alto percentual de pessoas que não responderam com 79,0%, ficando em segundo lugar 8,1% aquele onde as vítimas já conheciam os criminosos conforme relatos das ocorrências.

Quanto ao perfil da vítima apresentado nas ocorrências notou-se que os homens são os mais atingidos nos homicídios com uma grande concentração de vítimas do gênero masculino com 90,0%, seguido pelo gênero feminino com 9,6%. A análise dos dados permitiu descobrir que 33,2% das vítimas tinham idade igual ou superior a 21 anos até a faixa de 30 anos, sendo que a faixa etária posterior também concentra grande percentual de 31 a 40 anos com 28,4% dos fatos.

No estado civil aparecem os solteiros com uma maior incidência, totalizando 64,8%, ficando os casados em segundo lugar com 21,2%, essas vítimas se caracterizam por serem da cor branca com 81,6% e ainda com uma escolaridade média de 8 anos apenas, ou seja o ensino fundamental com 48,8%. Esse dado é bem significativo marcando o perfil da vítima de homicídios no município.

Os homicidas são em sua maioria do gênero masculino com 92,7% compreendendo uma faixa etária mais jovem que as vítimas entre 21 a 30 anos com 36,4% ou ainda até 20 anos com 29,1% considerando a possibilidade dos menores de idade envolvidos nesses crimes. Estão caracterizados nesse perfil de homicidas indivíduos de cor branca reunindo 79,1% dos dados e o estado civil mais alto foi o perfil dos solteiros com 63,6%. A escolaridade dos indiciados, registradas nas ocorrências, também se caracteriza pelo ensino fundamental devido a pouca idade dos mesmos com 45,5%. Os indiciados no momento do fato não apresentavam sinais de alcoolismo com 14,5%. Nesse item específico os dados registram a falta de resposta com 53,6 das análises das ocorrências.

A comunidade tem consciência que existe falta de investimentos para a manutenção dos serviços. Algumas justificativas foram apresentadas para melhorar o grau de satisfação com os órgãos responsáveis pela segurança e foram descritas no decorrer do diagnóstico.

A pesquisa descritiva buscou informações sobre o município de Novo Hamburgo. Dentre as principais razões destacadas encontram-se as ofertas de emprego e a presença de familiares. Essas questões sobre a oferta de emprego caracterizam ainda a cidade, por um número significativo de indústrias e estabelecimentos comerciais consolidando uma estrutura de classes voltada para a produção do calçado.

Também na opinião dos entrevistados, Novo Hamburgo foi considerada uma cidade tão violenta como as demais do Estado, conforme os dados apontaram. Os

respondentes relatam que seus bairros em particular são razoavelmente seguros, afirmando que já deixaram de sair para outros lugares pela sensação de insegurança.

Os entrevistados também foram instigados a apresentar as causas da violência em Novo Hamburgo, ficando os destaques para o desemprego, entre a maior delas, sendo seguido do tráfico e uso de drogas, além da desestruturação familiar. A situação básica de tensão entre as causas de violência sugeriu que a diminuição de produção do calçado no município tenha desencadeado novos conflitos familiares e conseqüentemente sociais de violência. Nesse item infere-se que a coletividade aguarda uma nova condição econômica, pois compreende que esta alternativa pressuporia novos modos e combinações de trabalho, bem como, utilização da mão-de-obra que não está vinculado ao mercado formal de trabalho. Esses pressupostos sociais e econômicos marcam uma fronteira política de atuação de assistência junto a comunidade.

As questões gerais relacionados à violência demonstraram que as pessoas pesquisadas conhecem indivíduos usuários e/ou traficante de drogas (63,3%), nos quais se incluem vizinhos (42,3%), conhecidos (36,1%), amigos (18,7%), entre outros. Esse dado supõe que a comunidade está atenta a utilização e tráfico de drogas, mas opta por não exercer pressão significativa no desmascaramento desses grupos. Também se averiguou o conhecimento de pessoas que tenham se envolvido em acidentes de trânsito, como colisões, acidentes, atropelamentos. Nesse aspecto notou-se respostas afirmativas onde foram descritos familiares próximos, o próprio entrevistado, vizinhos, e amigos. Quanto a percepção de tiros no bairro boa parte da amostra pesquisada respondeu de forma positiva e que eles ocorrem com uma certa freqüência.

Portanto, essa primeira parte caracterizou o perfil dos respondentes, a violência do município quanto ao roubo, furto, agressão física e demais tipos, bem como atuação institucional. O levantamento focalizou de forma conclusiva a descrição efetuada das ocorrências e examinou os estilos característicos de violência, e os aspectos locais de cada bairro.

Todos os 26 bairros caracterizam um desempenho de violência que os classifica como baixo, médio e alto. Verificou-se que as inúmeras combinações de análise justificam a exclusão de algumas populações e conseqüentemente revelam a construção da identidade de alguns bairros. As referências normalmente utilizadas como caracterização classificam um arquetípico na comunidade. Nesse sentido, foi

considerada a elaboração das ponderações oportunizando um novo contexto de violência no município.

O desempenho que foi identificado junto às ocorrências registradas em Novo Hamburgo nos anos de 2002 a 2006 levou em consideração os bairros e os fatos ocorridos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal. Os agrupamentos efetuados para análise mantiveram a segmentação em crimes contra a pessoa e contra o patrimônio. As ponderações das ocorrências oficiais levam em deferência a população do município. As ocorrências evidenciaram que o total de crimes contra o patrimônio foram os mais representativos, onde o roubo, ainda representa o maior número de registros oficiais, ficando em segundo lugar os furtos e posteriormente os crimes contra a pessoa. Notou-se que os furtos demonstraram um ligeiro declínio frente o aumento dos roubos, podendo inferir que as pessoas estão mais atentas em determinados locais não se tornando tão vulneráveis a esse delito, justificando-se que os roubos ainda escapam das interpretações mais fáceis de identificação da população.

Os programas ou projetos desenvolvidos pelo município de Novo Hamburgo contam com dados específicos sobre violência. Também ofereceram uma análise parcial da realidade local. Visualizou-se nesses programas e projetos um espaço de trabalho e assistência social, reeducação de hábitos e práticas que oferecem melhores condições de vida e auxílio as populações mais pobres e que contribuem para promoção de políticas sociais no combate a violência local desse público em específico.

Alguns dados institucionais demonstraram atendimento a casos de homicídios confirmando os dados gerais apontados anteriormente, cujo perfil das vítimas estão faixa de 20-29 anos e o gênero masculino foi o mais representativo. A faixa acidentes de trânsito ficou entre 20 e 29 anos, mas os atendimentos de socorro concentraram-se na faixa abaixo de 4 anos nesses casos.

Outra informação que se ressalta, conforme os dados de ocorrência foram os casos de suicídios sendo a maioria das lesões auto promovidas, concentrando também nos indivíduos do sexo masculino. As causas de acidentes mais frequentes são concentradas no gênero masculino que também reuniu como item principal a agressão com arma de fogo.

Os programas são compostos por um conjunto de ações de assistência social, de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vitimadas de violências. Algumas constatações de violência apontaram que a maior parte dos

casos foram concentradas no sexo feminino e nas faixas etárias de 7 anos e 8 anos. O abuso sexual é o principal, seguidos pela negligência e violência física. Esses dados sofrem de descontinuidade nos registros. Outros dados institucionais intervêm junto aos adolescentes e destacaram-se situações de violência nas faixas de 16 e 17 anos, cuja escolaridade, centrou-se no ensino fundamental incompleto e às infrações cometidas mais significativas foram o roubo qualificado, roubo, furto qualificado e furto.

Cumprе lembrar, que alguns dados não foram objeto de reflexão nesse artigo, pois suas informações concentram algumas problematizações significantes e são restritas.

Considerações finais

É unânime afirmar que a violência urbana foi transformada no grande tema do Brasil. Todos os meios de comunicação social bombardeiam com informações sobre os mais recentes fatos de vítimas de assaltos e crimes. Conforme Oliven (1989), esse tema realmente não é novo, e é natural refletir e propor medidas imediatas para esses problemas urgentes. Dado o clima de insegurança e pânico que vem se apossando dos habitantes das cidades é fundamental indagar o que há de subjacente ao fenômeno. Assim, com base em um diagnóstico sobre a violência no município de Novo Hamburgo objetivou-se avaliar esse fenômeno urbano.

Os objetivos dessas considerações se respaldam na análise dos dados quantitativos existentes nos principais órgãos da cidade e que ofereceram informações sobre as ocorrências, nos comparativos realizados a partir desses levantamentos, no perfil dos moradores, suas opiniões, nos principais tipos de delitos, e percepções referentes sobre os focos de violência. Cumprе lembrar que a pesquisa realizada foi exploratória e descritiva, cujo enfoque quantitativo apontou tendências significativas para análise da violência. A metodologia definida, discutida e aprovada junto aos representantes da Prefeitura Municipal proporcionou compreensão de todo o processo que foi diagnosticado e, portanto para entender a violência, além dos dados pesquisados no campo acrescentou-se um texto de contextualização, bem como, resultados estatísticos elaborados com base nos registros da Secretaria de Justiça e Segurança, com objetivo de englobar ao debate alguns processos históricos que afetam e se expressam em práticas cotidianas. Também foi obtido alguns relatos de autoridades municipais sobre a violência oportunizando perspectivas empíricas junto as descrições do diagnóstico.

Assim a contextualização da violência atual destacou, que as transformações sociais caracterizam as sociedades civilizadas e democráticas, onde o cenário do confronto registrado encontra, inúmeras explicações. Segundo Pozzebon¹² (2002), complementando o estudo em pauta, a violência é um problema transdisciplinar, em sua origem encontrando-se causas econômicas, políticas e sociais. A origem desse problema não pode ser vista em apenas uma dessas nascentes, pois certamente estará fadada a um recorte que não mais é aceito em nossa sociedade. Muitas coisas devem ser feitas para seu eficaz enfrentamento.

Realmente no Brasil, vive-se um estado de guerra não declarada, tendo de um lado a população amedrontada com a escalada da violência e refém de sua própria insegurança e, de outro, os criminosos militarmente organizados e regimento armados, beneficiando-se das limitações estatais na área da segurança, traduzidas nas dificuldades do poder público em frear esse movimento ascendente.

Pode-se afirmar, que o resultado desse fenômeno consolida um perfil da população brasileira como vítima, pagando com sua liberdade e sua vida a conta das limitações na área da segurança. Todos desejam uma nova proposta de segurança pública, condizente com o atual estágio de desenvolvimento e organização da violência e criminalidade. Atividade essa que não deve mais ser visualizada como uma atitude irracional, mas como decorrente de aspectos que são simbolizados pelo binômio segurança e desenvolvimento.

O Estado e todos os setores da sociedade tem uma importante parcela de contribuição e, portanto, o somatório de esforços pode combater, de forma eficaz, os problemas que, nesse momento, afligem a humanidade.

Oliven (1989), acrescenta que do modo como as coisas são apresentadas o rótulo de urbano, sugere que existe uma violência que é inerente a cidade e que o problema é mundial. As causas estão nesse ingresso na modernidade, mas na verdade a violência nas cidades representam apenas o contexto no qual esse fenômeno aparece. É preciso não cair no engodo de imputar mecanicamente a criminalidade à pobreza, embora a falta de condições e oportunidades de trabalho e renda consigna, possam levar à criminalidade. Naturalmente, nem todos os pobres se valem da delinquência para sobreviver.

¹² POZZEBOM, Felipe Dreyer de Ávila Presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) em 2002, Fórum Social Mundial.

O clima de insegurança e violência em que vivem as populações urbanas, segundo Oliven (1989), é um reflexo do capitalismo que caracteriza o atual modelo de desenvolvimento ao exacerbar as desigualdades sociais.

As mudanças significativas verificadas socialmente influenciam às formas de organização do trabalho, obrigando a todos a conviver com novas tendências, como competição, empregabilidade, precarização do trabalho e a principal delas exclusão social. A exclusão social, desafia a todos e as várias transformações que afetam os aspectos da vida social, estão colaborando com a formação de novos conceitos sobre a violência.

Soares¹³ (2002) abordar ângulos diversos, apresentando a necessidade de diagnósticos rigorosos, para uma boa intervenção. Todo diagnóstico se sustenta em dados qualificados, exige metas, e destaca os pontos mais importantes.

Pode-se concluir, portanto, que a preocupação em perseguir o objetivo principal de avaliar a violência do município de Novo Hamburgo com base nos dados oferecidos oportunizou algumas apreciações.

Os autores tratados, nesse diagnóstico possuem teorias e estudos sobre o tema identificam posturas pós-construtivistas através de um aparato conceitual contemporâneo da temática da violência. Nessa parte, foi possível compreender, mesmo que de forma teórica, que a construção desse conhecimento envolve todos os aspectos, sejam eles sociais, econômicos, culturais e políticos. Na pesquisa descritiva levantou-se a atenção para a opinião dos entrevistados e através de seus cruzamentos se identificou que os respondentes tem um perfil jovem e feminino, caracterizando-se por um grau de instrução concentrado no ensino fundamental. Sua situação de emprego ainda e precária, visto a falta de condições que o momento econômico atual vem consolidando suas forças produtivas.

Também ficou o registro que os crimes contra o patrimônio como o roubo, com armas de fogo nas ruas e residências no turno da noite de sextas-feiras são os mais presentes.

Notou-se que os alguns índices ponderados que foram efetuados oportunizaram verificar a elevação dos dados de violência em áreas que não apareceriam nos dados reais. Esse recorte justificou segmentos da população que estão mais vulneráveis e necessitam de auxílios institucionais. Globalmente a dinâmica dos homicídios lideraram

¹³ Luiz Eduardo Soares participação no painel do fórum da liberdade em 2002.

os casos no turno da noite e na madrugada onde instrumento mais utilizado foram as armas de fogo.

As conexões estruturais do município ajudam a validar, ainda mais, essas informações e os arranjos para uma análise mais precisa de desenvolvimento de políticas públicas se faz necessário.

Assim, mesmo antes de finalizar tentou-se estabelecer o dialogo teórico com os dados nacionais do Ministério de Justiça e Segurança¹⁴ (2007) que pontuam itens relacionados aos efeitos da criminalidade como as desordens depressivas, os problemas no capital social; transmissão de violência entre gerações; redução da qualidade de vida em algumas regiões; comprometimento do processo democrático.

Em várias pesquisas nacionais, alguns índices são muito semelhantes aos encontrados no município de Novo Hamburgo, pois, o perfil das vítimas são em sua maioria homens adultos ficando seus agressores com idade inferior. O número de agressores por vezes é menor que o das vítimas, caracterizando que várias pessoas são vitimadas pelos mesmos agressores. Também, as pesquisas de vitimização, têm demonstrado que a incidência da criminalidade reduziu a intensidade das relação entre as pessoas. Por serem vítimas de delitos ou conhecerem pessoas, que foram vítimas, a comunidade passa a se relacionar de forma diferente buscando com isso reduzir o risco a que poderiam estar submetidas. Esses últimos registros, encontram eco nas pesquisas que vem sendo desenvolvidas em todo país.

Referencias

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Política Social e Combate à Pobreza*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____, Zygmunt. *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEATO, Cláudio F; PEIXOTO, Betania; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime, oportunidade e vitimização in *RBCS*. Vol. 19, nº 55 junho de 2004.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1973.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política*. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

¹⁴ www.mj.gov.br

CASTELS, Robert. Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 2004.

CATTANI, Antônio D.; Diaz, Laura Motta. (org.). **Desigualdades na América Latina: Novas Perspectivas Analíticas**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____, Antonio D. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; TAVARES, Maria da Conceição; SINGER, Paul; HOFFMANN, Rodolfo; BACHA, Edmar Lisboa; FISHLOW, Albert; SERRA, José; LOPES, José Sérgio. **A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1997.

DELUIZ, Neise. Boletim técnico do Senac. V20, Jan/abr., 1994.

DUBET, François. **As Desigualdades Multiplicadas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

_____, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DUARTE, Beatriz Ely ; SILVA, Ayres Luiz Ferreira da. **Inquérito policial: teoria e prática programada**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1995.

DUARTE, Luis Fernando Dias. Ethos privado e justificação religiosa. Negociações da reprodução na sociedade brasileira. HEILBORN, Maria Luiza (org). IN: **Socialidade, Família e Ethos Religioso**. São Paulo: Garamond Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ROLIM, Marcos. **Desarmamento: Evidências Científicas**. Porto Alegre: Da casa, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares (org.). **Violência em Tempo de Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

TOURAINÉ, Alain. **Um Novo Paradigma**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FILHO, Guaracy Moreira. **Vitimologia: O Papel da Vítima na Gênese do Delito**, Jurídica Brasileira, 1999.

ODALIA, Nilo. **O que é a violência**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983. 93 p

OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.

RASSERA, Ana Paula. **Sociedade civil e violência**. São Leopoldo. (Dissertação de Mestrado) UNISSINOS, 2006.

SALAMA, Pierre. Para uma nova compreensão da crise *in* SADER, Emil, GENTILLI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

SCARANCE, Antônio Fernandes. **O Papel da Vítima no Processo Criminal**, Malheiros – 1995.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, Paul. **Economia política da urbanização** 8. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

TASCHNER, Suzana; BOGUS, Lucia M.M. São Paulo: uma metrópole sem igual *in* *Revista Eure* (Santiago) v.27 n 80 Santiago, maio de 2001.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ZALUAR, Alba. Violência, cultura e poder. In CECCHETO, Fátima Regina (org.) **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

Sites

www.futurobrasil.com.br Acesso em 06/05/2007.

NOGUEIRA, Sandro D'Amato. Doutrina de Direito Constitucional. In [www.http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto](http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto). Acesso em 06/05/2007.